

*Organizadoras*

MARIA ELIZABETH G. TEIXEIRA ROCHA ANA CAROLINA A. CAPUTO BASTOS  
CHRISTINE OLIVEIRA P. DA SILVA JULIA DE BAÉRE C. D'ALBUQUERQUE  
CRISTINA MARIA NEVES DA SILVA MANUELA S. FALCÃO ALVIM DE OLIVEIRA

ELA pede  
**VISTA**

*Estudos em Homenagem à*  
**Ministra Rosa Weber**

Londrina/PR  
2023

  
**THOTH**  
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.  
Londrina/PR.  
www.editorathoth.com.br  
contato@editorathoth.com.br

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth  
**Foto:** Fellipe Sampaio  
**Revisão:** David Sobreira  
**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Conselho Editorial (Gestão 2023)**

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Ela Pede Vista: Estudos em Homenagem à Ministra Rosa Weber. / Organizadoras: Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, Christine Oliveira Peter da Silva, Cristina Maria Gama Neves da Silva, Ana Carolina Andrada Arrais Caputo Bastos, Julia de Baére Cavalcanti d'Albuquerque, Manuela Simões Falcão Alvim de Oliveira. – Londrina, PR: Thoth, 2023.

695 p.

Inclui Bibliografias.

ISBN: 978-65-5959-578-5

1. Direito constitucional. 2. Supremo Tribunal Federal. 3. Precedentes. I. Ferros, Marília Carvalho Neves. (Org.) et al.

CDD 341.2

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Constitucional: 341.2

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

# SUMÁRIO

---

ORGANIZADORAS .....	7
SOBRE OS AUTORES.....	9
NOTA DA <i>ELAS PEDEM VISTA</i> .....	21
APRESENTAÇÃO .....	25
PREFÁCIO .....	29

## **CAPÍTULO 1**

**Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira**

**Patrícia Maria Santana Sampaio**

OS NOVOS RUMOS DA TEORIA DA PONDERAÇÃO E A PRINCIPIOLOGIA DESTACADA NO JULGAMENTO DA ADC Nº 48 E DA ADI Nº 3.961 .....	45
Introdução.....	46
1 Contextualização do julgado da ADC Nº 48 e da ADI Nº 3.961/DF: tese prevalecente e possíveis implicações.....	48
2 Principiologia extraída da fundamentação: a dicotomia basilar do direito do trabalho revisitada .....	54
3 Teoria da ponderação: visão crítica e concordância prática.....	57
Considerações finais .....	61
Referências .....	61

## **CAPÍTULO 2**

**Alexandra Fuchs de Araújo**

**Élida Graziane Pinto**

**Helena Campos Refosco**

ACESSO À JUSTIÇA E A EXECUÇÃO INVERTIDA DA SENTENÇA COLETIVA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA: REFLEXÕES A PARTIR DOS ENSINAMENTOS DA MINISTRA ROSA WEBER .....	63
Introdução.....	63
1 O tema 1.169 STJ e a forma atual de liquidação do título coletivo .....	65
2 Execução invertida contra a fazenda pública .....	67
3 Compatibilidade da execução invertida com os princípios do orçamento público e do sistema de precatórios .....	69

4 Honorários advocatícios na execução invertida.....	74
Considerações finais .....	75
Referências .....	77

### **CAPÍTULO 3**

**Alice Bianchini**

ADC 19 E ADI 4424: A CONTRIBUIÇÃO DA MINISTRA ROSA WEBER PARA A EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA .....	79
Introdução.....	79
1 Os temas objeto da ADC 19 e da ADI 4424 .....	81
1.1 Na ADC 19.....	82
1.2 Na ADI 4424.....	83
2 A contribuição do voto min. rosa weber na ADC 19 e na ADI 4424 para a garantia da aplicação da lei maria da penha .....	85
2.1 Na ADC 19.....	85
2.2 Na ADI 4424.....	89
3 Reiterados descumprimentos de dispositivos da Lei Maria da Penha, mesmo após o julgamento, em conjunto, da ADC 19 e da ADI 4424.....	92
Considerações finais .....	96
Referências .....	98

### **CAPÍTULO 4**

**Aloysio Corrêa da Veiga**

**Cesar Zucatti Pritsch**

A IMPORTÂNCIA DOS VOTOS DIVERGENTES E O CASO DA RESPONSABILIDADE DO TOMADOR DE SERVIÇOS NA TERCEIRIZAÇÃO PÚBLICA .....	103
Introdução.....	103
1 A importância dos votos divergentes para a maturação do debate – plessy v. ferguson e Lochner v. New york.....	106
2 Voto vencido da relatora, Ministra Rosa Weber, no RE nº 760.931, Tema 246 da Repercussão Geral.....	110
3 Distribuição do ônus da prova e suas balizas: questões em aberto .....	117
Considerações finais .....	120
Referências .....	121

### **CAPÍTULO 5**

**Ana Beatriz Robalinho**

A JUÍZA DOS LIMITES: A TRAJETÓRIA E O LEGADO DA MINISTRA ROSA WEBER NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	125
Introdução.....	125
1 O procedimento como limite de poder.....	127

2 Os limites ao poder judicial na atuação da ministra Rosa Weber.....	129
3 Um paralelo entre juízas constitucionais.....	132
Considerações finais .....	136
Referências .....	136

## **CAPÍTULO 6**

**Ana Cláudia Farranha**

**Tainá Aguiar Junquillo**

MODULAÇÃO INFORMACIONAL NO STF: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS..... 141

Introdução..... 141

1 Modulação informacional: compreensão analítica ..... 142

2 A ADI 5527 e a ADPF 403: as audiências públicas e contribuições ao tema..144

3 ADI 6390: A proteção constitucional dos dados pessoais..... 147

4 Considerações finais: a modulação informacional e suas perspectivas ..... 149

Referências .....

## **CAPÍTULO 7**

**Ana Frazão**

O DIREITO CONSTITUCIONAL À PROTEÇÃO DE DADOS: REFLEXÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO VOTO DA MINISTRA ROSA WEBER NA ADI 6.387 ..... 153

Introdução..... 153

1 Breves considerações sobre os fundamentos da proteção de dados pessoais..154

1.1 A dimensão existencial da proteção de dados pessoais ..... 154

1.2 Uma nova compreensão da privacidade..... 159

2 Contornos do direito à proteção de dados na visão da ministra Rosa Weber..163

2.1 Breve contextualização do caso e a decisão liminar da ministra Rosa Weber..163

2.2 Voto da ministra Rosa Weber: síntese dos fundamentos essenciais da proteção de dados pessoais ..... 167

Considerações finais .....

Referências .....

## **CAPÍTULO 8**

**Ana Paula de Barcellos**

CRIMINAL LAW, DISAGREEMENT, AND THE INSTITUTIONAL DESIGN OF SUPREME COURTS. A TRIBUTE TO BRAZILIAN JUSTICE ROSA WEBER..... 177

Introduction..... 177

1 Criminal law and disagreement. what do we do when we disagree?..... 178

2 The starting point of a prison sentence and the brazilian supreme court... 181

3 Brazilian supreme court's institutional design and disagreement..... 184

4 Justice Rosa Weber: The example of a public service-focused justice.....	187
References .....	188

## **CAPÍTULO 9**

**André Luiz de Almeida Mendonça**

**Juliana Oliveira Domingues**

LIVRE INICIATIVA E LIVRE CONCORRÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA MINISTRA ROSA WEBER À INTERPRETAÇÃO DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ORDEM ECONÔMICA.....

191

Introdução.....

191

1 O ART 170 da CF e os princípios garantidores do equilíbrio da ordem econômica .....

193

2 ADPF 706: ( In)exigibilidade de aplicação de descontos lineares nas mensalidades.....

198

Considerações finais .....

203

Referências .....

204

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

## **CAPÍTULO 10**

**Assusete Magalhães**

**João Marcelo Torres Chinelato**

A QUESTÃO QUILOMBOLA NO STF: IDENTIDADE E TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS .....

207

Introdução.....

207

1 Dos quilombos às comunidades remanescentes.....

208

2 As questões envolvidas no julgamento da ADI 3.239/DF.....

213

2.1 A direta regulamentação do art. 68 do ADCT pelo Decreto 4.887/2003... 215

2.2 A desapropriação de terras de tradicional ocupação quilombola .....

215

2.3 Os critérios de autoatribuição, autodefinição e a indicação de terras pelas comunidades remanescentes .....

216

2.4 As referências ao marco temporal.....

218

Considerações finais .....

220

Referências .....

221

.....

.....

.....

.....

.....

## **CAPÍTULO 11**

**Bianca Maria Gonçalves e Silva**

**Julianna Sant'ana Sesconetto**

A IMPORTÂNCIA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER: CRIAÇÃO DA COMISSÃO TSE MULHERES.....

223

Introdução.....

223

1 Histórico da comissão e principais atividades desenvolvidas no curso da gestão da ministra Rosa Weber.....

225

2 O que encontrar no portal TSE mulheres .....

228

2.1 História.....

229

2.2 Estatísticas.....	233
Considerações finais .....	234
Referências .....	235

## **CAPÍTULO 12**

**Cristiane Damasceno Leite**

**Sara de Assis Aquino**

“TEM A PALAVRA, MINISTRA”: ROSA WEBER E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE COM PERSPECTIVA DE GÊNERO..... 237

Introdução..... 237

1 O controle de constitucionalidade e os direitos fundamentais..... 239

2 O julgamento com perspectiva de gênero e sua importância para em uma democracia constitucional..... 241

3 Casos paradigmáticos de relatoria da ministra Rosa ..... 246

Considerações finais .....
 249 |

Referências .....
 250 |

## **CAPÍTULO 13**

**Daniele Maranhão Costa**

A CONSTITUCIONALIDADE E A CONVENCIONALIDADE DAS LIMITAÇÕES IMPOSTAS AOS PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS DO TABACO E O EMPREGO DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA (IAC) PARA CONSOLIDAÇÃO DA ADI 4.874 E DA CONVENÇÃO-QUADRO SOBRE O CONTROLE DO USO DO TABACO.....253

Introdução..... 253

1 As questões técnicas no âmbito do controle judicial de políticas públicas... 254

2 O controle de constitucionalidade da proibição do uso de aditivos com propriedades flavorizantes ou aromatizantes em produtos do tabaco (adi 4.874).....255

3 A convenção-quadro sobre controle do uso do tabaco como parâmetro de controle..... 258

4 O emprego do IAC e a importância da gestão estratégica na estabilização de expectativas normativas legítimas..... 262

Considerações finais .....
 265 |

Referências .....
 266 |

## **CAPÍTULO 14**

**Delaide Alves Miranda Arantes**

**Maria Cecília de Almeida Monteiro Lemos**

UMA VOZ EM DEFESA DO TRABALHO DECENTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL..... 269

Introdução..... 269

1 A reforma trabalhista, o supremo tribunal federal e a onda neoliberal recarizante.....	271
2 Fundamentos constitucionais em defesa do direito do trabalho e do trabalho decente.....	274
Considerações finais .....	281
Referências .....	281

## **CAPÍTULO 15**

**Ela Wiecko V. de Castilho**

A “ESCRavidÃO MODERNA” É MAIS SUTIL DO QUE A DO SÉCULO XIX.....	283
Introdução.....	283
1 O crime do Art. 149 do código penal como crime contra a organização do trabalho: RE n. 398.041 .....	285
2 O crime do Art. 149 do Código Penal não exige cerceamento da liberdade de locomoção: a disputa conceitual.....	287
3 A tentativa de reduzir a possibilidade de enquadramento penal por meio de uma portaria.....	291
4 O tema 1158 de repercussão geral .....	293
Considerações finais .....	295
Referências .....	297

## **CAPÍTULO 16**

**Fernanda Guimarães Hernandez**

FEDERALISMO COOPERATIVO: AUXÍLIO OBRIGATÓRIO DA UNIÃO A RORAIMA NA GESTÃO DA CRISE DE REFUGIADOS VENEZUELANOS.....	299
Introdução.....	299
1 Voto da ministra Rosa Weber na ação cível originária Nº 3.121 .....	303
Considerações finais .....	312
Referências .....	313

## **CAPÍTULO 17**

**Flavia Piovesan**

PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E TRADICIONAIS: FORTALECENDO O DIÁLOGO ENTRE O STF E O SISTEMA INTERAMERICANO .....	317
Introdução.....	317
1 Proteção dos direitos dos povos indígenas e tradicionais à luz da perspectiva multinível.....	318
2 Proteção dos territórios quilombolas: a ADI n.3.239 e o diálogo entre o STF e o sistema interamericano .....	323
Considerações finais .....	325
Referências .....	328

## **CAPÍTULO 18**

**Gilmar Ferreira Mendes**

### **O DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E A ABERTURA DA ORDEM CONSTITUCIONAL À TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA: ANÁLISE DO JULGAMENTO DA ADI 6.387** ..... 329

**Introdução** ..... 329

**1 A inovação jurídica como contra-face da inovação técnica: a permanente abertura da ordem constitucional à transformação tecnológica** ..... 332

**2 Direito fundamental à proteção de dados pessoais** ..... 335

**2.1 A evolução do conceito de privacidade** ..... 336

**2.2 Do direito fundamental à proteção de dados pessoais na ordem constitucional brasileira** ..... 340

**Considerações finais** ..... 345

**Referências** ..... 348

## **CAPÍTULO 19**

**Guilherme Augusto Caputo Bastos**

### **A EVOLUÇÃO DO DIREITO PORTUÁRIO E O TRABALHO DA MULHER NOS PORTOS NACIONAIS** ..... 351

**Introdução** ..... 351

**1 A evolução da atividade portuária** ..... 352

**2 A base normativa do direito portuário** ..... 355

**3 A participação da mão de obra da mulher no setor portuário** ..... 357

**Considerações finais** ..... 363

**Referências** ..... 364

## **CAPÍTULO 20**

**Heloisa Estellita**

### **“SOU FRUTO DO MEU TEMPO E TENHO QUE TER OS OLHOS VOLTADOS PARA O FUTURO”: UM PANORAMA DO LEGADO DA MINISTRA ROSA WEBER NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE E DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (COM REPERCUSSÕES NA ESFERA PENAL)** ..... 365

**Introdução** ..... 365

**1 Dados pessoais em computador funcional e a proteção do direito à privacidade (RHC 132062, 2016)** ..... 366

**2 Compartilhamento massivo de dados pessoais com o IBGE (ADI 6387-MC, 2020)** ..... 367

**3 Direito à privacidade nas comunicações privadas, o caso do bloqueio de aplicação de mensageria (ADI 5527, 2020)** ..... 368

**4 Compartilhamento de dados com a ABIN (ADI 6529, 2020)** ..... 369

**5 Formação de dossiês, privacidade e democracia (ADPF 722, 2020)** ..... 370

**6 Compartilhamento de dados pessoais entre órgãos públicos (Cadastro base do**

cidadão, ADPF 695 e ADI 6649, 2022).....	371
7 Obtenção de dados pessoais de empresas localizadas no exterior (ADC 51, 2023).....	373
Considerações finais.....	374
Referências.....	374

## **CAPÍTULO 21**

**Ilona Szabó**

**Maria Eduarda Assis**

O CONTROLE DE ARMAS NO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DA MINISTRA ROSA WEBER PARA O TEMA.....	375
Introdução.....	375
1 Histórico do controle de armas e munições no Brasil.....	377
2 Flexibilização do controle de armas no Brasil nos últimos 4 anos.....	381
3 O voto da ministra Rosa Weber e sua relevância para a contenção dos retrocessos na área de segurança pública.....	383
Considerações finais.....	389
Referências.....	390

## **CAPÍTULO 22**

**José Antonio Dias Toffoli**

**Daiane Nogueira de Lira**

A ADI Nº 3.239 E OS DIREITOS DOS REMANESCENTES DE COMUNIDADES DE QUILOMBOS NO BRASIL.....	395
Introdução.....	395
1 A constituição de 1988 e os remanescentes de comunidades de quilombos.....	396
2 Evolução normativa do procedimento de identificação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos.....	398
3 A ação direta de inconstitucionalidade Nº 3.239.....	403
Considerações finais.....	408
Referências.....	408

## **CAPÍTULO 23**

**Joyce Dias**

**DENÚNCIA DE TRATADO INTERNACIONAL EXIGE APROVAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL.....**

Introdução.....	411
1 As quatro teses do supremo tribunal federal.....	414
1.1 Primeira tese: denúncia de tratado não exige aprovação do Congresso Nacional.....	414
1.2 Segunda tese: denúncia de tratado é aperfeiçoada se houver aprovação posterior do Congresso Nacional.....	415
1.3 Terceira tese: denúncia de tratado exige aprovação do Congresso Nacional, atingindo inclusive denúncias passadas.....	416

1.4 Quarta tese (vencedora): denúncia de tratado exige aprovação do Congresso Nacional, atingindo somente denúncias futuras.....	420
Considerações finais .....	422
Referências .....	422

## **CAPÍTULO 24**

**Lelio Bentes Corrêa**

**Helena Martins de Carvalho**

INDISPONIBILIDADE DAS HORAS *IN ITINERE*: A PROTEÇÃO AO REPOUSO COMO UM DIREITO HUMANO DO TRABALHADOR .... 425

Introdução..... 425

1 O voto divergente da ministra Rosa Weber..... 426

2 O direito humano ao repouso como um direito trabalhista inespecífico .... 428

3 Limites da autonomia negocial coletiva..... 431

Considerações finais .....
 435 |

Referências .....
 437 |

## **CAPÍTULO 25**

**Lívia Gil Guimarães**

AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO STF NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO.....439

Introdução..... 439

1 As audiências públicas como uma possibilidade de participação social no STF.....442

2 Introdução legislativa das audiências públicas no controle de constitucionalidade brasileiro: As Leis N° 9.868/99 e N° 9.882/99 ..... 443

3 Regimento interno do STF e a emenda N° 29/09: Novidades e transformações no instituto .....
 446 |

4 Ministra Rosa Weber e a contribuição à ferramenta das audiências públicas: a realização do espaço deliberativo..... 448

Considerações finais .....
 450 |

Referências .....
 452 |

## **CAPÍTULO 26**

**Luciana Lóssio**

DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO BRASIL E VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL..... 455

Introdução..... 455

1 Cotas de candidaturas e sua fraude .....
 456 |

2 A evolução quantitativa da participação feminina no Brasil .....
 461 |

3 Financiamento de campanha e propaganda eleitoral destinada a candidaturas de mulheres .....
 464 |

4 Vedação ao retrocesso social..... 470

Considerações finais .....
 472 |

Referências .....	473
-------------------	-----

## **CAPÍTULO 27**

**Luís Roberto Barroso**

SEPARAÇÃO DE PODERES, TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE: O CASO DO ORÇAMENTO SECRETO.....	477
--	-----

Introdução.....	477
-----------------	-----

1 Delineamento da controvérsia: a hipótese.....	480
---	-----

2 Explicação da controvérsia: as emendas parlamentares do relator-geral e o esquema do orçamento secreto.....	481
--	-----

3 A análise da controvérsia: a inconstitucionalidade do orçamento secreto.....	486
--	-----

3.1 A violação ao princípio da separação dos poderes.....	487
---	-----

3.2 A violação ao princípio da transparência.....	488
---	-----

Considerações finais .....	491
----------------------------	-----

Referências .....	492
-------------------	-----

## **CAPÍTULO 28**

**Luiz Edson Fachin**

**Christine Peter da Silva**

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM ROSA .....	493
--	-----

Introdução.....	493
-----------------	-----

1 Mulher: Sujeito de direitos fundamentais?.....	494
--	-----

2 Hermenêutica constitucional feminista.....	496
--	-----

3 Democracia: feminista e paritária.....	497
--	-----

4 Uma mulher no STF e a jurisprudência sobre direitos fundamentais das mulheres.....	500
---	-----

Considerações finais .....	505
----------------------------	-----

Referências .....	506
-------------------	-----

## **CAPÍTULO 29**

**Maria Claudia Bucchianeri**

DA NECESSÁRIA INCLUSÃO DOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS NAS AIJES QUE APURAM A PRÁTICA DE FRAUDE À COTA DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DAS LISTAS DE CANDIDATURA .....	509
---	-----

Referências .....	520
-------------------	-----

## **CAPÍTULO 30**

**Melina Girardi Fachin**

**Kássia Martins**

CONSTITUCIONALISMO FEMINISTA EM PAUTA: REFLEXÕES SOBRE A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 1.008.166.....	523
--	-----

Introdução.....	523
-----------------	-----

1 O caso RE 1.008.166 e a perspectiva de gênero .....	526
2 Descrição da lide.....	527
3 O caso RE 1.008.166 e a perspectiva de gênero .....	529
3.1 Análise da decisão do STF sob a ótica do constitucionalismo feminista.....	529
3.2 O caso RE 1.008.166 e a perspectiva de gênero: o voto da ministra Rosa Weber e sua fundamentação na perspectiva de gênero.....	531
3.3 As implicações do RE 1.008.166 para o constitucionalismo feminista: as possibilidades de avanço da perspectiva de gênero na jurisprudência brasileira.....	533
Considerações finais .....	535
Referências .....	537

## **CAPÍTULO 31**

**Mônica Sifuentes**

### **A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DE ROMA NO BRASIL: O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O DIREITO INTERNO.....**

Introdução.....	539
1 Dúvidas sobre a compatibilidade do estatuto de roma com o direito interno...540	
2 A gênese do ART. 5º, § 4º, da constituição federal .....	542
3 Reflexões sobre o dispositivo.....	545
3.1 Inadequada topografia constitucional .....	545
3.2 Imprecisões terminológicas .....	546
3.3 O propósito de “constitucionalizar” o Estatuto de Roma deu certo? .....	547
3.4 Considerações sobre a constitucionalidade do Estatuto de Roma .....	548
Considerações finais .....	550
Referências .....	550

## **CAPÍTULO 32**

**Paula Pessoa Pereira**

**Rodrigo Lobo Canalli**

### **O DESAFIO DA EFETIVAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS: PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....**

Introdução.....	553
1 Primeiro momento constitucional e a posição não concretista.....	556
2 Segundo momento constitucional e a posição concretista individual nas concepções intermediária e pura .....	560
3 Terceiro momento constitucional e a posição concretista geral.....	565
Considerações finais .....	569
Referências .....	569

## **CAPÍTULO 33**

**Paulo Iotti**

### **DIREITOS DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO (LGBTI+) SEGUNDO A MINISTRA ROSA WEBER.....**

Introdução.....	573
-----------------	-----

1 O direito à não-discriminação nas forças armadas. ADPF 291.....	577
2 O direito à mudança de nome e sexo de pessoas transgênero. ADI 4275 e RE: 670.422/RS .....	579
3 O dever constitucional de proteção penal das pessoas LGBTI+ e o reconhecimento da homotransfobia como crime de racismo. ADO 26 e MI 4733.....	587
Considerações finais .....	593
Referências .....	594

## **CAPÍTULO 34**

**Regina Helena Costa**

RESPONSABILIDADE DO ESTADO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES .....	597
Introdução.....	597
1 Responsabilidade do estado em matéria tributária na jurisprudência dos tribunais superiores.....	598
1.1 Supremo Tribunal Federal.....	599
1.2 Superior Tribunal de Justiça.....	600
Considerações finais .....	605
Referências .....	605

## **CAPÍTULO 35**

**Renata Saraiva**

**Eduarda Chacon Rosas**

ENCONTRO HISTÓRICO ENTRE DIREITO E DETERMINISMO TECNOLÓGICO: A MINISTRA ROSA WEBER E A ADI 5527.....	607
Introdução.....	608
1 A criptografia como vocabulário (jurídico).....	610
2 Encriptação a serviço da privacidade.....	615
3 O futuro da relação direito-tecnologia .....	618
Considerações finais .....	619
Referências .....	620

## **CAPÍTULO 36**

**Salise Monteiro Sanchotene**

**Rafaela Santos Martins da Rosa**

A REATIVAÇÃO DO FUNDO AMAZÔNIA PELO JULGAMENTO DA ADO 59: UM VOTO MEMORÁVEL DA MINISTRA ROSA WEBER.....	623
Introdução .....	623
1 A ação direta de inconstitucionalidade por omissão n.º 59: partes, fundamentos e pedidos.....	624
2 Os temas centrais do julgamento da ADO 59 .....	627
3 O legado da decisão proferida na ADO 59 para o futuro da litigância ambiental	

e climática brasileiras .....	633
Considerações finais .....	634
Referências .....	635

## **CAPÍTULO 37**

**Samantha Ribeiro Meyer-Pflug Marques**

**Bruna Sampaio de Angel**

LICENÇA PARENTAL E EQUIDADE DE GÊNERO .....	637
---	-----

Introdução .....	637
------------------	-----

1 A igualdade de gênero no trabalho .....	638
---	-----

2 A igualdade de gênero e licença maternidade .....	643
---	-----

3 Da licença parental .....	648
-----------------------------	-----

Considerações finais .....	651
----------------------------	-----

Referências .....	652
-------------------	-----

## **CAPÍTULO 38**

**Soraya Santos**

ROSA WEBER: UM OLHAR FEMININO .....	655
-------------------------------------	-----

Referências .....	664
-------------------	-----

## **CAPÍTULO 39**

**Teresa Arruda Alvim**

PRECEDENTES COMO FUNDAMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS..	665
---	-----

Referências .....	676
-------------------	-----

## **CAPÍTULO 40**

**Cristina Maria Gama Neves da Silva**

**Ana Carolina Andrada Arrais Caputo Bastos**

**Julia de Baére Cavalcanti d'Albuquerque**

**Manuela Simões Falcão Alvim de Oliveira**

CANDIDATURAS FEMININAS: A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO E DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA..	677
--	-----

Introdução .....	677
------------------	-----

2 Direitos políticos e democracia .....	678
---	-----

3 O cenário de sub-representação feminina no Brasil .....	681
---	-----

4 Evolução normativa e jurisprudencial .....	683
--	-----

5 Injustificada resistência dos partidos políticos .....	686
--	-----

6 A proteção constitucional às candidaturas femininas .....	688
---	-----

Conclusão .....	691
-----------------	-----

Referências .....	692
-------------------	-----